Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

53/2012

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AEROVIÁRIO

Geral

PERICULOSIDADE. ABASTECIMENTO E REABASTECIMENTO DE AERONAVE. ADICIONAL DEVIDO. É certo que nos termos do art. 436 do CPC, o juízo não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, regra coerente com o princípio do livre convencimento motivado. Num campo em que não há certezas absolutas, a opinião qualificada do especialista, sintonizada com a regra de experiência (art. 335 do CPC) subministrada pelo que de ordinário ocorre, emerge como critério relevante para que o julgador aplique ao caso a melhor solução. E, nesse contexto, o laudo confeccionado nos autos torna impositivo o reconhecimento do direito ao respectivo adicional. Ademais, é até mesmo intuitivo que a fuselagem não possa mesmo constituir isolamento suficiente no caso de um sinistro, o que torna o local de execução das tarefas,, para os efeitos legais, área considerada de risco, quando da execução daquelas atividades. (TRT/SP - 00384005420085020315 - RO - Ac. 4ªT [20120737110](#) - Rel. PAULO AUGUSTO CAMARA - DOE 06/07/2012)

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ABASTECIMENTO DE AERONAVES. AUXILIAR DE SERVIÇOS DE AEROPORTO. ÁREA DE RISCO. A NR 16, anexo 2 é clara ao estabelecer que é devido o adicional de periculosidade aos trabalhadores que efetivamente executam atividades nos postos de reabastecimento de aeronaves ou que operem na área de risco. O autor, no exercício de suas funções, realizando habitualmente tarefas de colocação e retirada de bagagens e volumes diversos na área de operação de reabastecimento das aeronaves, ora da carreta para o interior da aeronave, ora da aeronave para as carretas de transportes, tem direito ao respectivo adicional. (TRT/SP - 01402004720025020312 (01402200231202005) - RO - Ac. 8ªT [20120720781](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 04/07/2012)

COMISSIONISTA

Horas extras

COMISSIONISTA. INTERVALO INTRAJORNADA NÃO OBSERVADO. DIREITO AO RESPECTIVO PAGAMENTO COMO HORA EXTRA, COM REFLEXOS, E NÃO APENAS O ADICIONAL. Justamente por não se tratar de hora extra, e sim, de direito decorrente de infringência de norma de ordem pública voltada a garantir a higidez do trabalhador, cuja satisfação se dá sob a forma de hora extra (art. 71, parágrafo 4º, da CLT), o intervalo intrajornada não usufruído deve sempre ser pago de forma integral, e não apenas pelo adicional de horas extras, mesmo em se tratando de empregado comissionista. Com efeito, o fato de ser comissionista puro, in casu, justifica o pagamento somente do adicional, apenas sobre as horas extras propriamente ditas, a teor da Súmula 340/TST. Essa restrição interpretativa, todavia, não se aplica ao intervalo intrajornada não concedido, que em face da sua natureza diversa, deve ser satisfeito por inteiro, sob a forma de 1 hora extra e reflexos, na forma do entendimento consubstanciado nas Orientações

Jurisprudenciais 307 e 354 da SDI-1, do C. TST. (TRT/SP - 00014324120105020384 - RO - Ac. 4ªT [20120675395](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 29/06/2012)

COMPETÊNCIA

Servidor público sob lei especial

Compete à Justiça Estadual Comum pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia das relações entre servidores e o poder público, fundadas em vínculo jurídico-administrativo. (TRT/SP - 00007292220105020381 - RO - Ac. 17ªT [20120759866](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 06/07/2012)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em acidente de trabalho

ACIDENTE DE TRABALHO. DANO MORAL E MATERIAL. A caracterização do dano moral e material, para ensejar reparação, necessita da convergência de alguns pressupostos, quais sejam: conduta ilícita, resultado danoso e nexos causal entre a conduta e o dano. No caso em exame houve prova robusta da ocorrência desses requisitos, sendo, portanto, devida a indenização por danos materiais e morais, que fora fixada de modo a compensar a lesão da vítima, sem deixar de desatender sua finalidade pedagógica. (TRT/SP - 00021186520105020341 - RO - Ac. 8ªT [20120673953](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 25/06/2012)

Indenização por dano moral em geral

Justa causa. Reversão em dispensa imotivada. Direito à indenização por danos morais não configurado. A dispensa por justa causa, isoladamente considerada, não é suficiente para autorizar a condenação do empregador no pagamento de indenização por danos morais. Há que se observar a gravidade dos atos imputados, bem como eventuais desdobramentos em prejuízo à imagem e à dignidade. Ademais, a reversão judicial da dispensa motivada, em princípio, constitui via relevante e eficaz a afastar eventual mácula imposta à imagem do trabalhador. (TRT/SP - 01749002720085020025 - RO - Ac. 8ªT [20120672078](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 25/06/2012)

Dano moral. A responsabilidade por danos morais, de acordo com o artigo 186, do atual Código Civil, para que seja configurada requer a presença de requisitos relacionados a prática do ato ilícito por ação ou omissão, a culpa do seu agente, no seu conceito genérico (elemento subjetivo), a comprovação de dano material ou moral do ofendido. (TRT/SP - 01228000220085020056 - RO - Ac. 3ªT [20120724493](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 03/07/2012)

Indenização por dano moral por doença ocupacional

DOENÇA OCUPACIONAL - PAIR - CONCAUSA - PENSÃO MENSAL - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL - Ao empregador incumbe a obrigação de indenizar (artigo 927, do Código Civil), por danos causados ao trabalhador, que adquiriu moléstia profissional (artigo 20, da lei nº 8.213/1991), apenas se comprovado o concurso dos seguintes requisitos legais, a ensejar tal obrigação: o dano, o nexos de causalidade entre as atividades executadas pelo empregado e a perda auditiva (PAIR), ação ou omissão do empregador, e, a culpa ou dolo. Constatado pelas duas perícias realizadas nos autos, por profissionais

diferentes, que a enfermidade que acometeu o empregado, foi adquirida nos períodos em que laborou para empresas anteriores a ré, em que admite também não ter se utilizado devidamente dos EPI's, segue-se indevida a reparação pretendida, porquanto inexistente nexos causal com as atividades desempenhadas na reclamada. Logicamente, a demandada atual não pode ser responsabilizada por eventos pretéritos ocorridos com o empregado, quando de seu trabalho em firmas antecedentes a ela, dos quais não teve participação contígua; inclusive quando evidenciando ainda nos autos, de que o funcionário possuía ciência de seu estado de saúde, no ato de admissão na ré. Recurso conhecido e desprovido (TRT/SP - 00837000920055020068 (00837200506802005) - RO - Ac. 16ªT [20120683118](#) - Rel. NELSON BUENO DO PRADO - DOE 25/06/2012)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Responsabilidade da sucessora

SUCESSÃO. INEXISTÊNCIA. Segundo as disposições contidas nos artigos 60, parágrafo único, e 141, II, da Lei 11.101/05, normas declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF-ADI-3934/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJ de 06/11/09), aqueles que adquiriram ativos de empresa em recuperação judicial não respondem, na condição de sucessores, pelas obrigações trabalhistas da antiga empregadora. Recursos da 19ª e 20ª rês providos. (TRT/SP - 00146009120085020316 - RO - Ac. 8ªT [20120722636](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 04/07/2012)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Gestante

A garantia de emprego da empregada gestante é objetiva, mas contada a partir do momento em que a reclamada toma ciência do estado gravídico. (TRT/SP - 00566004720095020001 - RO - Ac. 17ªT [20120713831](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 29/06/2012)

RECURSO ORDINÁRIO. GRAVIDEZ. ESTABILIDADE. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. ABUSO DE DIREITO. Irrelevante o fato de a reclamante ter recusado a oferta da reclamada para retornar ao emprego, porquanto o artigo 10, II, b, do ADCT lhe garante o direito de optar pela indenização substitutiva. Destarte, o ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estável. Recurso Ordinário ao qual se dá provimento parcial. (TRT/SP - 00008429720115020491 - RO - Ac. 8ªT [20120722393](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 04/07/2012)

ESTABILIDADE GESTANTE. INDENIZAÇÃO. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo 10, inciso II, b, consagra a teoria da responsabilidade objetiva do empregador. Eventual desconhecimento pela gestante quanto à sua condição, não afasta a garantia de emprego, pouco importando se a empregada comunicou o fato ao empregador. Transcorrido o prazo da estabilidade, será devida a indenização correspondente. Inteligência dos itens I e II da Súmula 244 do TST. (TRT/SP - 01112008420065020401 - RO - Ac. 8ªT [20120720846](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 04/07/2012)

FALÊNCIA

Recuperação Judicial

Empresa Em Recuperação Judicial. Depósito Recursal. Súmula 86 do C. TST. Inaplicável. A flagrante diferença entre a empresa falida e aquela encontrada em recuperação judicial não autoriza a aplicação analógica do entendimento sedimentado na Súmula 86, em relação a esta última. Enquanto que na falência o devedor é afastado de suas atividades, obstando o direito de administrar os seus bens ou deles dispor, durante o procedimento de recuperação judicial o devedor ou seus administradores são mantidos na condução da atividade empresarial, a teor do disposto nos artigos 75, 103 e 64 da Lei nº 11.101/2005. Não havendo amparo legal e tampouco posicionamento jurisprudencial favorável à isenção do pagamento das custas, bem como da efetivação do depósito recursal. O recurso ordinário interposto pela empresa em recuperação judicial, desacompanhado do depósito recursal pode ser conhecido, por irremediavelmente deserto. (TRT/SP - 02209008820085020315 - RO - Ac. 8ªT [20120638481](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 25/06/2012)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Risco de vida

É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício (construção vertical), seja em pavimento igual ou distinto daquele onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal, considerando-se como área de risco toda a área interna da construção vertical. Inteligência da OJ nº 385 da SDI-1 do C. TST. (TRT/SP - 01808002220095020068 - RO - Ac. 17ªT [20120713840](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 29/06/2012)

JORNADA

Intervalo violado

"Intervalo interjornada - violação do artigo 66 da CLT. Revendo posicionamento anterior e à luz do princípio da celeridade processual, curvo-me ao entendimento dos meus pares, para declarar que a violação de que trata o artigo 66 da CLT representa mera infração administrativa, não ensejando o pagamento de horas extras, por ausência de previsão legal. Ante o exposto, dou provimento, para expungir da condenação o pagamento de horas extras pela ausência de gozo de intervalo interjornada e reflexos sobre 13º salário, férias acrescidas de 1/3, DSR, aviso prévio e FGTS, restando decretada a improcedência do feito. Custas em reversão, a cargo do reclamante, das quais é isento, por ser beneficiário da Justiça Gratuita, à luz do artigo 790, § 3º da CLT. RECURSO ORDINÁRIO A QUE SE DÁ PROVIMENTO." (TRT/SP - 00000111420115020050 - RO - Ac. 10ªT [20120712860](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 04/07/2012)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

"Responsabilidade subsidiária. Ausência de prestação de serviço à tomadora. Prova. Não há pedido de reconhecimento de vínculo de emprego direto com a tomadora, razão pela qual é insubsistente o recurso sob esse aspecto e nem se diga que há carência de ação por ilegitimidade passiva, uma vez que referida

condição da ação, assim como as demais (possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir), deve ser aferida em abstrato. Ou seja, basta que o autor indique o reclamado como parte integrante da relação jurídica de direito material para que este possa figurar validamente no polo passivo da lide. Porém, a prova documental produzida nos autos indica que a ora recorrente nunca tomou os serviços do reclamante e não poderia responder, ainda que em caráter subsidiário, pelos créditos reconhecidos no período de 14.04.2004 até o desligamento. Ao contrário, a prova documental encartada nos autos indica que, no período da condenação subsidiária, o reclamante não trabalhou para a recorrente BM & FBOVESPA, mas para outros tomadores, como indicam os recibos de pagamento do período trazidos pelo reclamante e o relatório de jornada de abril trazido pela defesa, que demonstram trabalho para outras tomadoras que não a recorrente. Além disso, o contrato firmado entre a Pires e a ora recorrente, que fundamentou a condenação, teve por objeto serviço de limpeza e conservação, e não de vigilância. O reclamante sempre trabalhou como vigilante. Por isso, é equivocada a condenação, em caráter subsidiário, pelos créditos devidos no período indicado na sentença, bem como a extensão da responsabilidade até o final do contato de trabalho e demais consectários. Dou provimento. Da gratificação de natal de 2000. Prescrição. Há declaração de prescrição das pretensões vencidas anteriormente a 08/11/2002. A parcela relativa ao 13º salário de 2000 (10/12 avos) é inexigível. Dou provimento." (TRT/SP - 02335004620075020067 - RO - Ac. 10ªT [20120712703](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 04/07/2012)

MULTA

Multa do Artigo 477 da CLT

MULTA DO ARTIGO 477, parágrafo 8º, DA CLT: a Administração Pública, ao contratar sob o regime de CLT, equipara-se a particular, e como tal, está sujeita aos mesmos ônus da legislação trabalhista. Este é o entendimento pacificado pelo Colendo TST, por meio da Orientação Jurisprudencial 238 da SBDI-1. Portanto, é devida a referida multa. Recurso ordinário do reclamado improvido. (TRT/SP - 00000515820115020385 - RO - Ac. 11ªT [20120676472](#) - Rel. RICARDO VERTA LUDUVICE - DOE 26/06/2012)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

INTERVALO INTRAJORNADA. ÔNUS DA PROVA. FATO MODIFICATIVO. REQUISITOS NÃO CUMPRIDOS PARA A REDUÇÃO DO INTERVALO. INCIDÊNCIA OJ N.º 342, DA SDI - 1 DO C. TST. É cediço, nos termos dos artigos 818 da CLT e 333, incisos I e II, do CPC, que incumbe ao autor o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito, e ao réu, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Quanto ao intervalo intrajornada, o ônus de prova é em regra do reclamante (art. 818 da CLT e 333, I, CPC). Contudo, aduz a ré fato modificativo (art. 333, II), já que alega fato que a princípio ensejaria a incidência do verbete 342, II, da SDI - 1 do C. TST, atraindo, desta forma, para si o encargo probatório, do qual, todavia, não se desincumbiu, conforme se extrai do conjunto probatório. Destaca-se ainda que apesar de existir previsão em norma coletiva da redução do período para refeição e descanso, a flexibilização da OJ n.º 342, II, da SDI - 1 do C. TST, que entendo resvalar na inconstitucionalidade porquanto trata diferentemente os iguais (arts. 1º, IV e 5º, caput, CF/88), no tocante a norma voltada a higiene, saúde e segurança no trabalho (intervalo

intrajornada - art. 7º, XXII da CF/88), impõe, contudo, requisitos que não foram cumpridos pela reclamada, conforme se extrai da prova dos autos. Deste modo, aplicáveis as Ojs 342, e 354 da SDI - 1 do C. TST, restando improvido o apelo patronal. (TRT/SP - 00003605620115020231 - RO - Ac. 4ªT [20120681271](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 29/06/2012)

Efeitos

JORNADA 12X36 - PREVISÃO EM NORMA COLETIVA - VALIDADE. Harmonizando disposições constitucionais e os valores que protegem a disciplina que limita a jornada de trabalho, a jurisprudência tem validado a adoção do regime 12X36 horas de trabalho. E com razão. Isso porque, a medida não eleva sobremaneira a jornada, já extensível por mero acordo individual por até 2 horas (totalizando 10 diárias), e proporciona a oportunidade de diversas folgas ao empregado durante a semana. Além do mais, diminui o tempo em que esse fica à disposição do empregador, aumenta a demanda por mão de obra para a cobertura dos turnos de trabalho, melhora a organização da atividade empresarial e ainda conta com a proteção dos sindicatos, que analisam, à luz das tarefas próprias dos profissionais de cada categoria, a viabilidade da utilização desse expediente. Nesse sentido, o legislador, com a promulgação da Lei nº 12.619/12, que inseriu o artigo 235-F ao Diploma Consolidado, curvou-se aos costumes atuais da sociedade e autorizou a utilização do módulo 12X36 para o grupo dos motoristas profissionais, aplicável por analogia às demais categorias profissionais, desde que haja prévia estipulação negocial. (TRT/SP - 00001303920115020061 - RO - Ac. 8ªT [20120644007](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 25/06/2012)

NULIDADE PROCESSUAL

Cerceamento de defesa

Recurso Ordinário.Nulidade. Indeferimento de juntada de contestação. Animus de defesa configurado. Revelia afastada. A revelia é a contumácia do réu que não oferece contestação às pretensões do autor (apud V. Carrion), fazendo-se presumir verdadeiros os fatos alegados na peça preambular. A ré, embora ausente, por intermédio de sua advogada, pretendeu juntar defesa escrita, demonstrando animus de se defender, não podendo, portanto, sofrer os graves efeitos da revelia. Se a juntada da contestação foi negada, houve efetivo cerceio de direito e desrespeito ao princípio da ampla defesa, assegurado pela Lei Maior (art. 5º, LV). Preliminar acolhida. (TRT/SP - 00027364020105020040 - RO - Ac. 8ªT [20120672132](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 25/06/2012)

PRESCRIÇÃO

Interrupção e suspensão

PRESCRIÇÃO BIENAL. INTERRUPTÃO. ÔNUS DA PROVA. Segundo as regras do ônus da prova insculpidas nos artigos 818 da CLT e 333, inc. I do CPC, incumbia ao reclamante comprovar a interrupção do prazo prescricional, através da ação proposta anteriormente, que versasse sobre objeto idêntico à presente reclamação. Encargo do qual, porém, não se desvencilhou, visto que dos documentos constantes às fls. 99/108, não constam qualquer discriminação das matérias veiculadas na primeira lide, a possibilitar o devido confronto com a presente ação, e a verificação da identidade dos pedidos, com a efetiva comprovação da interrupção do prazo prescricional. Nesse sentido, jurisprudência pacífica, consubstanciada pela Súmula 268 do C.TST. Recurso obreiro não

provido. (TRT/SP - 00001366320115020411 - RO - Ac. 4ªT [20120737102](#) - Rel. PAULO AUGUSTO CAMARA - DOE 06/07/2012)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

1) CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - FATO GERADOR - SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO OU HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO. O crédito previdenciário, nas ações trabalhistas, se constitui e tem como fato gerador a própria sentença, tornando-se devido após a liquidação da dívida ou homologação do acordo, em face dos efeitos anexos ou secundários do julgado. 2) RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS - INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC - IMPROPRIEDADE. A utilização da taxa Selic como fator de correção monetária não é jurídica. A partir de 1º de abril de 1995, a taxa Selic passou a orientar os percentuais dos juros moratórios em relação aos débitos tributários. Todavia, a criação de taxa está adstrita à edição de lei que a insira no mundo jurídico. Cabe ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, sobretudo em relação ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas, consoante se infere da redação do artigo 48, I, da Constituição Federal. A utilização da Taxa Selic como indexador de juros, malfere a competência privativa do Congresso, em completa subversão à ordem jurídica. (TRT/SP - 00006899620105020039 - AP - Ac. 8ªT [20120674879](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 22/06/2012)

Recolhimentos previdenciários. O fato gerador do tributo, nas sentenças ou conciliações judiciais, é o dia imediatamente posterior ao crédito reconhecido em sentença e/ou o efetivo pagamento das verbas ajustadas, a teor do disposto no art. 43, da lei 8212/91, sendo exigíveis juros, correção monetária e multa somente após tal prazo. (TRT/SP - 03502008220065020086 - AP - Ac. 3ªT [20120744419](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 06/07/2012)

Recurso do INSS

Fato gerador. Como os valores foram apurados em regular liquidação de sentença, o fato gerador é o pagamento da importância devida, não a prestação de serviços, mesmo porque, àquela época o crédito previdenciário não estava constituído. (TRT/SP - 01731008920005020462 - AP - Ac. 4ªT [20120608809](#) - Rel. PAULO AUGUSTO CAMARA - DOE 22/06/2012)

RECURSO ORDINÁRIO

Matéria. Limite. Fundamentação

RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIDO. Embora a lei admita recurso ordinário sucinto, por simples petição (art. 899, CLT), em face do princípio dispositivo e da devolutividade restrita (tantum devolutum quantum appellatum) não pode a Turma do Regional manifestar-se a respeito de matéria decidida na origem por determinados fundamentos, se o recurso ordinário da parte não veicula pedido de reforma da sentença, no particular, deixando de atacar os aspectos fáticos e jurídicos específicos sobre os quais construiu-se a decisão de origem e ainda inova os termos da lide posta, deduzindo pretensão que refoge ao teor da causa de pedir e pedidos contidos na prefacial, tornando impossível o conhecimento do seu apelo. Não se trata aqui, de aplicar pura e simplesmente o entendimento da Súmula 422 do C. TST, que não incide à espécie vez que se direciona ao

conhecimento de apelos pelo TST, mas sim, de considerar que não pode a Turma do Regional manifestar-se a respeito de matéria decidida pelo Juízo a quo por determinados fundamentos, se o recurso deixa de atacar os aspectos fáticos e jurídicos específicos sobre os quais construiu-se a decisão de origem. Incidência do artigo 512 do CPC. (TRT/SP - 00022227620105020076 - RO - Ac. 4ªT [20120675360](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 29/06/2012)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Representante comercial

Representante comercial. Cláusula "del credere". Não se pode confundir os descontos e retenções, autorizados nos art. 32, "caput", e art. 33, parágrafo 1º, ambos da Lei 4.886/65, ou mesmo não proibidos expressamente, com a cláusula "del credere", vedada em nosso ordenamento jurídico, consoante art. 43 do mesmo diploma legal, na qual o representante comercial responde solidariamente pelos valores assumidos pelo comprador. (TRT/SP - 00010013720115020201 - RO - Ac. 6ªT [20120680410](#) - Rel. RICARDO APOSTÓLICO SILVA - DOE 27/06/2012)

RESCISÃO CONTRATUAL

Efeitos

"Preliminar - Legitimidade passiva da CPTM. As condições da ação devem ser aferidas em abstrato, e, portanto, basta que os autores indiquem a reclamada como parte integrante da relação jurídica de direito material para que este possa figurar validamente no polo passivo da lide. Prescrição (Contrarrrazões) O v. acórdão de fls. 554/555 já definiu a questão e afastou a incidência da prescrição total. Tratando-se de complementação de aposentadoria prevista em Lei e já percebida anteriormente, a prescrição incidente é a parcial, ou seja, atinge tão somente sobre as parcelas anteriores ao quinquênio, à luz da Súmula nº 327 do C. TST, estando, portanto, atingidas pela prescrição as parcelas anteriores a 02.02.2005, nos termos do artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal. Sucessão e aplicabilidade dos arts. 10 e 448 da CLT. Denomina-se de sucessão de empresas o fenômeno da alteração ou mudança na estrutura jurídica ou da propriedade da empresa. A sucessão ocorre, nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT, quando se verifica a transferência de uma unidade econômica jurídica, de um para outro titular. Ou seja, há a transferência de uma universalidade que, por si só, é capaz de produzir bens e serviços. A situação dos autos é típica de sucessão, de vez que a CPTM incorporou patrimônio da extinta FEPASA e prosseguiu na exploração da atividade comercial que esta detinha. Os vínculos que existiam anteriormente entre os reclamantes, os esposos das autoras, e a FEPASA, e que não estavam exauridos, diante da obrigação vitalícia referente à complementação de aposentadoria, prossegue em face da sucessora. Descabe o argumento de que não há sucessão, vez que a unidade em que os reclamantes se ativaram não vez parte da cisão vertida à CPTM; tal unidade integrava a FEPASA e ainda que tenha ocorrido a cisão parcial, não há como distinguir qual parcela do patrimônio da FEPASA foi destinado à CPTM e qual deixou de ser. A responsabilidade é de caráter solidário, pois principal, já que está, em relação aos reclamantes e aos esposos das autoras, na posição de ex empregadora. Nem se diga, por fim, que a situação do reclamante, Messias Ramos Ullmann é diversa. A data de sua aposentadoria em nada altera a responsabilidade das rés. O obreiro foi

aposentado pela FEPASA e desta recebeu benefícios. A CPTM sucedeu a FEPASA e por isso deve responder, também, pela complementação de aposentadoria deste. Reforma, para reconhecer a sucessão e declarar a responsabilidade solidária da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM. Complementação de aposentadoria. O Estatuto do Ferroviário e o Contrato Coletivo de Trabalho garantem o recebimento pelos reclamantes de vencimentos iguais aos dos trabalhadores na ativa, inclusive considerando a alteração das denominações dos cargos que ocupavam à época da aposentadoria. Ficou estabelecido que seria mantida a observação da complementação de aposentadoria e pensão, o que é corroborado pela própria Lei n.º 10.410/71 e pela lei 9.343/96. Por fim, no que tange ao enquadramento nos cargos pretendidos, na forma prevista no Plano de Cargos e Salários - PCS, como se vê pelo documento juntado em apartado - Tabela Salarial - CPTM, que o cargo SUPERVISOR TECNICO OPERACIONAL III correspondente ao de SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO. O Estatuto dos Ferroviários prevê o direito dos aposentados e pensionistas à complementação de forma a igualar os vencimentos aos ganhos do pessoal da ativa. A categoria dos ferroviários persiste e está atualmente representada pelos empregados da CPTM, cabendo a observância do plano de cargos e salários, bem como dos acordos coletivos que referida empresa celebra para a revisão dos proventos de aposentadoria e pensões dos reclamantes. Nesse contexto, as diferenças de complementação de aposentadoria são devidas. Reforma. Multa diária e prazo de inclusão em folha de pagamento. A implantação em folha de pagamento deverá ser feita no prazo de 90 dias, a contar do trânsito em julgado, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) nos termos do art.461, §4º, do CPC. Insta frisar que o CPC não excepciona o ente público da multa em referência. Juros da mora . A ação foi ajuizada em 02/02/2010, ocasião em que já havia sido declarada a sucessão. A condenação no pagamento de juros se dá, portanto, em face da Fazenda Pública do Estado de São Paulo que integra a Administração Direta do Estado, não se submetendo, portanto, ao quanto estabelecido na Lei 8177/91 aplicada ao empregador comum. Considerando-se a data da propositura da ação, aplicável à hipótese a incidência de juros, conforme disposto no artigo 1ºF à Lei 9.494/97, a partir da data do ajuizamento da ação e de acordo com a nova redação dada pela Lei nº 11.960/2009. Honorários Advocatícios Não se verificam as hipóteses previstas na Lei n. 5.584/70. Ademais, uma vez indevida a verba decorrente de honorários, esta não pode ser computada para efeito de reparação por perdas e danos de que tratam os artigos 389 e 404 do CC, até porque há matéria específica disciplinada na legislação trabalhista e, por essa razão, torna-se inaplicável, como fonte subsidiária, o texto do Código Civil. Nego provimento." (TRT/SP - 00002174720105020055 - RO - Ac. 10ªT [20120713165](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 03/07/2012)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Em geral

CONTRATO DE FRANQUIA. RESPONSABILIDADE DA FRANQUEADORA. Considerando-se a disposição da Lei 8.955/94, cumpre assinalar que a realização pela franqueada da atividade-fim desempenhada pela franqueadora é indissociável da natureza do contrato de franquia, de modo que a simples constatação de que a franqueadora se beneficia do trabalho realizado pelos empregados da franqueada não pode servir de justificativa à responsabilização solidária ou subsidiária da empresa que contrata a franquia (franqueadora), vez que não se confunde com a

empresa tomadora do serviço. Registre-se que apenas na hipótese em que verificada a existência de vício ou colusão entre as partes que firmaram o contrato de franquia é que haverá responsabilidade solidária ou subsidiária entre franqueadora e franqueada. Recurso Ordinário da reclamante ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00016115420105020002 - RO - Ac. 8ªT [20120673961](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 25/06/2012)

Terceirização. Ente público

A decisão proferida em sede de controle direto de constitucionalidade pelo C. STF (ADC 16) no sentido de que a Lei 8666/1993, embora constitucional, não afasta a responsabilidade da administração pública no caso de culpa na contratação através de empresa interposta, infirma a tese recursal. Nesse sentido, é a atual redação da Súmula 331, do Colendo TST. A responsabilidade da administração pública nessas situações depende de cada caso concreto, a fim de que seja aferida eventual culpa "in vigilando" no tocante à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Recurso ordinário da segunda reclamada ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00026273020105020071 - RO - Ac. 11ªT [20120615511](#) - Rel. RICARDO VERTA LUDUVICE - DOE 21/06/2012)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONVÊNIO. PROGRAMA SOCIAL. DEVER DE FISCALIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. No julgamento da ADC 16, o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a constitucionalidade do art. 71, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, ressaltou a possibilidade de a Justiça do Trabalho constatar, no caso concreto, a culpa in vigilando da Administração Pública e, diante disso, atribuir responsabilidade ao ente público pelas obrigações, inclusive trabalhistas, inobservadas pelo contratado. In casu, evidenciado o desvirtuamento do convênio administrativo e a contratação de mão de obra terceirizada pelo município reclamado; e, demonstrada a falta de vigilância do SME sobre os serviços conveniados, consoante disposto na cláusula 4ª, do instrumento do convênio, impõe-se a manutenção do decisum. (TRT/SP - 00007286320105020049 - RO - Ac. 8ªT [20120624383](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 21/06/2012)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

Contribuições Assistenciais. Empregados não sindicalizados. A Constituição Federal garantiu o direito à livre associação sindical dos empregados de uma categoria, a teor do disposto no inciso XX, do artigo 5º e do inciso V, do artigo 8º. Sendo assim, incabível a cobrança de contribuições assistenciais firmadas mediante norma coletiva, de empregados não sindicalizados que, conseqüentemente não participaram de nenhuma das fases de elaboração do instrumento coletivo. Recurso improvido. (TRT/SP - 02611003920095020013 - RO - Ac. 3ªT [20120747620](#) - Relator MERCIA TOMAZINHO - DOE 03/07/2012)